



PROCESSO DE PROMOÇÃO 2025
QUADRO DO MAGISTÉRIO | ANOS: 2018 / 2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023

025. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – SOCIOLOGIA

(OPÇÃO: 027)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** Considerando o que estabelece a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, no parágrafo 1º de seu artigo 218, receberá tratamento prioritário do Estado a
- (A) educação financeira para a autonomia e o progresso individual.
 - (B) pesquisa científica básica e tecnológica.
 - (C) preparação moral e cívica para a vida pública.
 - (D) aprendizagem de conteúdos lógico-matemáticos.
 - (E) formação técnica e profissional no ensino médio.
- 02.** Marcelo, aluno do 3º ano do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo, tem faltado frequentemente às aulas sem apresentar justificativa, prejudicando seu desempenho. Após esgotarem os recursos internos, conforme o artigo 56 da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), os dirigentes escolares devem
- (A) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.
 - (B) solicitar a transferência de Marcelo para uma unidade escolar mais próxima de sua residência.
 - (C) instaurar uma comissão para investigar as condições familiares do estudante.
 - (D) solicitar um assistente socioeducativo para acompanhar o estudante.
 - (E) solicitar a suspensão dos benefícios sociais recebidos pela família do estudante.
- 03.** O artigo 1º da Lei nº 9.394/1996, em seu parágrafo 2º, estabelece que a educação escolar deverá vincular-se
- (A) ao mundo do trabalho e à prática social.
 - (B) aos valores da família e à prática moral.
 - (C) ao exercício partidário e à prática cívico-democrática.
 - (D) ao academicismo e à prática científica.
 - (E) ao contexto de internacionalização e à prática global.
- 04.** No documento *Currículo Paulista* (2019), as competências gerais propostas pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) são
- (A) retificadas.
 - (B) flexibilizadas.
 - (C) preteridas.
 - (D) reiteradas.
 - (E) abreviadas.
- 05.** Entre as diretrizes traçadas para o *Plano Estadual de Educação de São Paulo* (Lei nº 16.279/2016), em seu artigo 2º, está a
- (A) ampliação do atendimento escolar em todo o território estadual, com manutenção dos índices de qualidade da educação alcançados na capital.
 - (B) redução do analfabetismo, com prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes.
 - (C) promoção do ensino híbrido como pressuposto de realização da Educação Básica, em todas as suas etapas.
 - (D) consolidação das metodologias ativas, com ênfase nas habilidades socioemocionais e na resolução de problemas como metas de desenvolvimento.
 - (E) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
- 06.** A *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (Decreto nº 6.949/2009), em seu artigo 2, apresenta uma lista de definições. Uma delas equivale à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, mas sem excluir as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. Trata-se
- (A) do projeto integrador.
 - (B) do desenho universal.
 - (C) da terminalidade específica.
 - (D) da intervenção material.
 - (E) da tecnologia assistiva.
- 07.** A *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) afirma que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço disponibilizado para estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. De acordo com o documento, o referido serviço tem como característica ser
- (A) substitutivo ao ensino regular comum.
 - (B) disponibilizado exclusivamente em salas de recursos.
 - (C) complementar ou suplementar no apoio do processo de aprendizagem.
 - (D) equivalente ou próximo a um reforço escolar institucionalizado.
 - (E) realizado exclusivamente em salas de aula regular.

08. De acordo com o inciso V do artigo 4º da Resolução nº 1/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, é correto afirmar que
- (A) os Direitos Humanos aplicam-se prioritariamente a cidadãos em vulnerabilidade, como aqueles em situação prisional ou outra forma de privação de liberdade.
 - (B) os Direitos Humanos são de caráter essencialmente liberal e individual.
 - (C) a inserção curricular da Educação em Direitos Humanos deve dar-se sempre de forma interdisciplinar, evitando-se abordá-la como conteúdo específico das disciplinas já existentes.
 - (D) o princípio que fundamenta a Educação em Direitos Humanos é a prevalência jurídica das minorias.
 - (E) a Educação em Direitos Humanos envolve reparação das diferentes formas de violação de direitos.
09. O artigo 78 da Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*) estabelece que o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar _____ aos povos indígenas.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) profissionalizante e tecnológica
 - (B) híbrida e globalizada
 - (C) adaptada e flexível
 - (D) bilíngue e intercultural
 - (E) compensatória e supletiva
10. Tendo em vista os princípios e as diretrizes da política migratória brasileira (especificamente, o artigo 3º da Lei nº 13.445/2017), é correto afirmar que o acesso do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social é
- (A) igualitário e livre.
 - (B) variável, em razão dos critérios de admissão em território nacional.
 - (C) vetado a cidadãos apátridas.
 - (D) vetado a residentes fronteiriços, exceto em caso de acordo de cooperação entre países.
 - (E) concedido em função da lei do país de origem do migrante, preservando a isonomia.
11. Assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com o que pressupõe e determina o Decreto nº 55.588/2010.
- (A) Transexuais e travestis possuem orientação sexual comprovadamente distinta do sexo biológico.
 - (B) Os direitos da diversidade sexual constituem direitos humanos e sua proteção requer ações efetivas do Estado.
 - (C) A redesignação sexual é condição necessária e suficiente para a garantia do direito à escolha de tratamento nominal.
 - (D) O direito à escolha de tratamento nominal por transexuais e travestis é reservado ao contexto das organizações civis.
 - (E) Toda pessoa tem direito a ser tratada, preferencialmente, de forma correspondente ao seu sexo biológico.
12. De acordo com o documento *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004), assinale a alternativa correta.
- (A) Compete ao Conselho Escolar incentivar a autonomia e a improvisação pedagógica, valorizando a experiência acumulada dos profissionais.
 - (B) O Conselho Escolar tem atuação fundamental, mas limitada, sendo-lhe vetado o acompanhamento da gestão administrativo-financeira das unidades escolares.
 - (C) A cultura patrimonialista é um dos fundamentos que subsidiam a atuação do Conselho Escolar, instância também encarregada de proteger o bem comum.
 - (D) O projeto político-pedagógico elaborado por especialistas e aprovado pelo Conselho Escolar tem a vantagem de representar com maior precisão os anseios da comunidade.
 - (E) O Conselho Escolar tem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, que se orientam para a construção de uma educação de qualidade social.

13. Leia o excerto a seguir:

“Uma professora de uma escola municipal de Queimados, na Baixada Fluminense, foi afastada após responsáveis de alunos denunciarem declarações racistas postadas em uma rede social. A Secretaria de Educação abriu um procedimento disciplinar para averiguar a denúncia. [...]”

Segundo as denúncias, foram postadas nas redes sociais de Michele frases como ‘a penalidade para quem comete racismo contra brancos deveria ser morar na África’; e ‘acho que vou passar carvão na pele para trabalhar em Queimados. Não vai adiantar. Só se eu fosse corrupta’.”

(G1 Rio, 04.09.2024. Adaptado)

Considerando o que expõe o parágrafo único do artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, se houver comprovação de racismo na conduta da professora, o caso deve ser tratado como

- (A) irregularidade institucional cabível de procedimento disciplinar.
- (B) crime imprescritível e inafiançável.
- (C) contravenção grave resultante em suspensão preventiva.
- (D) infração penal passível de multa fixada em 10 salários mínimos.
- (E) infração administrativa inimputável.

14. Azambuja e Silva (2024) observam que, como as tecnologias da inteligência e da cultura se desenvolvem em uma velocidade cada vez maior, o educador precisa

- (A) preparar-se para sua gradual substituição pela inteligência artificial em tarefas criativas e de pensamento crítico, em um processo denominado *technocrítico*.
- (B) especializar-se nos conhecimentos tecnocientíficos, armazenando de modo crescente e contínuo conhecimentos cada vez mais especializados.
- (C) evitar a entrada na escola das tecnologias cognitivo-culturais, nocivas ao desenvolvimento da criança.
- (D) submeter-se ao caráter inexorável da ascensão das inteligências artificiais e da cultura digital, passando a utilizá-las intensamente em sua atuação.
- (E) atualizar-se do ponto de vista do domínio das novas tecnologias intelectuais e culturais em um processo conhecido como *technotização*.

15. Ao abordarem o tema da avaliação e discutirem o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados, Carvalho e Menezes (*in Carvalho et al.*, 2007) apresentam algumas considerações sobre o que se denomina *efeito-escola*. A esse respeito, os dois pesquisadores concordam que

- (A) a escola é a maior responsável pelo desempenho do aluno, e aprimorar seu efeito melhora a aprendizagem em taxas próximas a 90%.
- (B) há uma estabilidade no efeito-escola que se mantém linear em diferentes contextos sociais, públicos ou privados.
- (C) a escola tem um efeito relativo nos ganhos de aprendizagem de crianças e adolescentes, pois há outros fatores com impacto significativo.
- (D) os efeitos da escola são mais significativos a curto prazo, ao passo que os efeitos da família e da comunidade são mais expressivos a longo prazo.
- (E) o efeito-escola permanece inalterado quando a instituição se une à família, embora isso potencialize a qualidade das relações democráticas.

16. Paula é professora do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo e recentemente foi transferida para uma nova unidade. Após algumas semanas de trabalho, ela já se sente adaptada ao ambiente e está aliviada com a sensação de que, nesta nova equipe, não há conflitos, diferentemente da escola onde lecionava antes, marcada por tensões explícitas. Considerando a perspectiva de Ceccon *et al.* (2009), a percepção de Paula acerca da nova equipe é

- (A) equivocada, pois conflitos são sempre construtivos, direcionando ao avanço da equipe.
- (B) acertada, pois, onde existe diversidade, movimento e diálogo, não existe conflito.
- (C) acertada, pois a ocorrência de conflitos denota violências implícitas às relações de um grupo.
- (D) equivocada, pois conflitos são inerentes às interações e, portanto, não podem ser eliminados.
- (E) equivocada, pois a real ausência de conflitos decorre de apatia e falta de compromisso do grupo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. Entre as técnicas apresentadas por Lemov (2023) em seu livro *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*, há algumas especificamente voltadas à preparação da aula. A esse respeito, conforme as proposições do autor, a técnica *Planeje em dobro* consiste em
- (A) planejar não apenas o que o professor deverá fazer em cada etapa das atividades, mas também o que os alunos deverão fazer.
 - (B) abranger o dobro do tempo de aula disponível, de modo que sempre haja atividades para propor aos alunos que terminam antes do previsto.
 - (C) programar atividades a serem realizadas em duplas de alunos, já que a aprendizagem por pares é a técnica mais eficiente de acordo com estudos científicos.
 - (D) elaborar o planejamento pedagógico em duplas, para que a responsabilidade pelas escolhas didáticas possa ser compartilhada.
 - (E) manter atenção redobrada quanto ao domínio dos conteúdos, evitando que erros possam ocorrer durante a aula.
18. Segundo Lemov (2023), quando os alunos conseguem ler com fluência, sua memória de trabalho é liberada para pensar com mais profundidade sobre o texto, e sua compreensão e habilidade para analisar aumentam. Para o autor, a leitura fluente é um exemplo do seguinte princípio:
- (A) não esquecemos aquilo que aprendemos.
 - (B) hábitos aceleram a aprendizagem.
 - (C) a motivação para a aprendizagem é determinada por fatores internos ao indivíduo.
 - (D) a aprendizagem é inversamente proporcional à atenção.
 - (E) a capacidade da memória de trabalho é ilimitada.
19. Em suas ponderações acerca da inclusão escolar, Mantoan (2015) endossa a proposição de
- (A) uma perspectiva pautada pela adaptação curricular na escola comum, conforme o modelo das escolas especiais.
 - (B) uma ética fundada na tolerância das deficiências enquanto definidoras do sujeito.
 - (C) uma naturalização das diferenças, pois são marcas indelévels de quem foge à normalidade.
 - (D) uma lógica baseada na igualdade enquanto categoria assegurada por princípios liberais.
 - (E) uma tomada da diferença como parâmetro, sem que a igualdade seja fixada como norma.
20. Ao planejar o final de seu semestre letivo, o professor Ângelo está se organizando para dar aos estudantes de sua turma um retorno quanto às atividades feitas no período. Tendo lido recentemente o livro de Williams (2005), Ângelo se prepara para dar um *feedback equilibrado*, o qual, para o autor, consiste no equilíbrio entre
- (A) a devolutiva coletiva e a individual.
 - (B) o retorno positivo e o corretivo.
 - (C) o rigor e a condescendência.
 - (D) a linguagem firme e a tranquila.
 - (E) a avaliação feita pelo professor e a feita por pares.
21. Os anos de pandemia de 2020 e 2021 não levaram somente a uma redução no total de inscritos no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que atingiu seu menor valor em 2021, passando de 5,1 milhões em 2019 e 5,8 milhões em 2020 para 3,4 milhões em 2021, mas também foram responsáveis por uma quebra na tendência de democratização no perfil dos participantes em relação a cor ou raça a partir de 2019. De 2019 a 2021, a proporção de participantes brancos passou de 37,1% para 43,7%, e de participantes pretos ou pardos caiu de 58,0% (45,8% de pardos e 12,2% de pretos) para 51,8% (40,8% de pardos e 11% de pretos), no mesmo período (IBGE, 2022. Adaptado)
- Os dados levantados pelo IBGE indicam que
- (A) a vulnerabilidade racial de pretos e pardos foi mitigada durante a pandemia.
 - (B) políticas inclusivas foram amparadas pela pandemia de covid-19.
 - (C) a pandemia de covid-19 aprofundou desigualdades históricas no Brasil.
 - (D) diminuiu a proporção de pretos e pardos aprovados no ENEM em 2021.
 - (E) mudanças na autoidentificação racial falsearam resultados da pesquisa.
22. Nas eleições municipais de 2020, pessoas de cor ou raça preta eram 8,8% da população, 2% dos prefeitos e 6,2% dos vereadores. Também em relação a 2020, pessoas de cor ou raça parda eram 47,5% da população, mas 30% dos prefeitos e 38,5% dos vereadores. Quanto à população amarela e indígena, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), esses dois grupos representavam cerca de 1% da população, enquanto somavam 0,5% dos prefeitos e 0,7% dos vereadores. O contraste foi maior nos municípios mais populosos. Naqueles com até 20 mil habitantes, os eleitos distribuíram-se como segue: cor ou raça branca (67,9%), parda (29,0%), preta (2,0%), amarela (0,5%) e indígena (0,2%). Entre os 48 municípios com 500 mil ou mais habitantes, houve 39 prefeitos eleitos de cor ou raça branca (81,3%) e 9 prefeitos de cor ou raça parda (18,8%). (IBGE, 2022. Adaptado)
- A partir dos dados apresentados no texto, conclui-se que
- (A) o racismo estrutural predominou nos municípios mais populosos em 2020.
 - (B) a população indígena teve a sua representação aumentada nas eleições de 2020.
 - (C) os pretos tiveram a sua representação aumentada em câmaras municipais em 2020.
 - (D) a representação de pardos foi menor nos municípios menos populosos.
 - (E) a representação das várias etnias nos municípios superou o racismo estrutural.

23. Considere a seguinte afirmação: “Numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas” (Zygmunt Bauman, 2022).

A afirmação permite concluir que

- (A) o consumismo permite ao trabalhador conscientizar-se de sua situação de classe e buscar superá-la.
- (B) os indivíduos da era dos consumidores adotam uma perspectiva realista em relação a sua condição social.
- (C) a sociedade de consumo promove uma relação equilibrada dos consumidores com os recursos naturais do planeta.
- (D) a transformação do indivíduo em mercadoria altera sua visão de mundo além de explorar sua força produtiva.
- (E) os hábitos de consumo da sociedade contemporânea propiciam a emergência do consumo responsável.

24. Stuart Hall (2006), ao refletir sobre um possível avanço em direção ao pós-modernismo global repleto de interconexões e mesmo de movimentações de pessoas, ideias e informações, apresenta argumentações de alguns teóricos que acreditam em mudanças de algumas formas de identidade nacional.

Sobre essas argumentações, é correto afirmar que haveria

- (A) o fortalecimento das identidades locais decorrente da integração global promovida pelas tecnologias da comunicação.
- (B) a progressiva interdependência global de produtos e serviços, o que fortalece as identidades nacionais e locais.
- (C) o estreitamento de identificações com a cultura nacional e um fortalecimento de laços com culturas locais.
- (D) a emergência de legislações que reconhecem o direito à cidadania de imigrantes culturalmente integrados.
- (E) a exposição a influências externas resultantes da globalização, o que dificulta a preservação das identidades nacionais.

25. Na obra *Para que serve a sociologia?*, Zygmunt Bauman apresenta a caracterização de que a Sociologia consiste em “um diálogo com a experiência humana”.

Depois de propor tal caracterização geral, Bauman (2015) acrescenta que é

- (A) necessário considerar as questões de classe envolvidas nas relações interpessoais.
- (B) preciso distinguir “experiência” de “vivência” resultantes das interações entre pessoa e mundo.
- (C) relevante aspirar a um despertar da consciência subjetiva para superar a alienação social.
- (D) essencial duvidar de relatos sobre fatos experienciados devido a sua falta de verificabilidade.
- (E) crucial avaliar objetivamente relatos concernentes a pensamentos, impressões e emoções.

26. Mais do que nunca, no início do século XXI, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não inexistentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição monumental dos empregos, corroídos em seus direitos. Maquinaria perversa e satânica que vem gerando um gigantesco contingente de desempregados pela própria lógica destrutiva do capital – a qual, ao mesmo tempo que expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo em seus trabalhos estáveis e formalizados, recria, em distantes espaços, novas modalidades informalizadas e precarizadas de geração do mais-valor. Mas contra a simplória tese da finitude do trabalho, este se mostra, em sua forma de ser, um espaço de sociabilidade, mesmo quando é marcado por traços dominantes de estranhamento e alienação.

(Ricardo Antunes, 2009)

Conforme o excerto, o autor argumenta que, no século XXI, o trabalho

- (A) constitui um meio de ascensão das classes populares.
- (B) permite superar o processo de geração de mais-valor.
- (C) comporta atributos mutuamente contraditórios.
- (D) possibilita o combate às desigualdades regionais.
- (E) proporciona a desalienação da classe trabalhadora.

27. A denominada crise do fordismo e do keynesianismo nos anos de 1980 era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo contorno mais evidente foi o advento do neoliberalismo, do qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte.

(Ricardo Antunes, 2009. Adaptado)

A crise do fordismo e do keynesianismo a que se refere o excerto consiste

- (A) na adoção de um modelo de produção que tenha como base a razão instrumental.
- (B) no declínio do papel social do Estado e do modelo vigente de produção e consumo.
- (C) no incremento do lucro resultante do aumento da automação da produção industrial.
- (D) no enfraquecimento do setor financeiro resultante dos processos de terceirização.
- (E) na estruturação do Estado de bem-estar social e na superação da mais-valia no norte global.

28. Na divisão do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

(Ricardo Antunes, 2009. Adaptado)

No texto, o autor aponta que a divisão do trabalho fabril

- (A) proporciona condições adequadas de trabalho nas fábricas.
- (B) permite dividir o trabalho conforme as qualificações individuais.
- (C) supera as desigualdades sociais ao proporcionar mais empregos.
- (D) reflete as condições gerais de classe e gênero na sociedade.
- (E) objetiva a inclusão social ao contratar imigrantes e negros.

29. Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas desde o final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito.

(Stuart Hall, 2006. Adaptado)

Conforme Hall, exemplo do deslocamento do sujeito consistiria

- (A) no fortalecimento da consciência de classe do operariado fabril.
- (B) no declínio de lutas sociais inclusivas em busca de reconhecimento.
- (C) na consolidação de identidades nacionais contra grupos separatistas.
- (D) na conservação de estruturas socioeconômicas da ortodoxia liberal.
- (E) na relevância social adquirida por minorias antes invisibilizadas.

30. René Descartes foi profundamente influenciado pela “nova ciência” do século XVII. Ele foi atingido pela dúvida que se seguiu ao deslocamento de Deus do centro do universo. E o fato de que o sujeito moderno “nasceu” no meio da dúvida e do ceticismo metafísico nos faz lembrar de que ele nunca foi estabelecido e unificado como essa forma de descrevê-lo parece sugerir. Descartes postulou que o ser humano seria constituído por duas substâncias distintas – a substância extensa (matéria/corpo) e a substância pensante (mente). No centro da “mente” ele colocou o sujeito individual, constituído por sua capacidade para raciocinar e pensar.

(Stuart Hall, 2006. Adaptado)

Segundo Stuart Hall, Descartes teria

- (A) redefinido o sujeito considerando suas relações socioculturais.
- (B) provado a existência de Deus para demonstrar o geocentrismo.
- (C) sugerido o dualismo antropológico vigente na sociedade até hoje.
- (D) postulado uma concepção relativista e probabilista de certeza.
- (E) retomado a noção de conhecimento objetivo da Idade Média.

31. A nação é levada a pensar-se por seus intelectuais, artistas, líderes, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública. As forças sociais predominantes em cada época são levadas a pensar os desafios com os quais se defrontam, os objetivos que pretendem alcançar, os aliados e opositores com os quais negociar, os interesses próprios e alheios que precisam interpretar. Ao pensar o presente, são obrigadas a pensar o passado, buscar e rebuscar continuidades e inovações. Mesmo quando pretendem o futuro, são postas a pensar outra vez o passado, acomodá-lo ao presente; ou até mesmo transformá-lo em matriz do devir.

(Octavio Ianni, 1994. Adaptado)

Nesse excerto, ao refletir sobre o Brasil moderno, Octavio Ianni aponta que é preciso

- (A) considerar as contribuições de diversos atores sociais para refletir sobre o futuro do país.
- (B) promover revisões históricas de modo a acomodar os fatos às interpretações em vigor.
- (C) solucionar os problemas resultantes do combate à pobreza e de políticas de inclusão social.
- (D) unificar as análises oriundas de todos os matizes ideológicos em busca da verdade histórica.
- (E) enfrentar os desafios oferecidos pelo aprofundamento oficial da luta de classes.

32. As campanhas abolicionista e republicana mobilizaram forças empenhadas em mudanças políticas e sociais. Além dos objetivos humanitários, quanto ao término do regime de trabalho escravo, abolicionistas e republicanos associaram-se na luta por conquistas democráticas. Havia setores sociais urbanos empenhados em democratizar o poder estatal e as relações sociais. Já era evidente, para muitos, a barreira representada pela antiga e poderosa associação de interesses escravocratas e monárquicos. Mas o que venceu foi o interesse da cafeicultura do Oeste Paulista em aliança com os dos canavieiros, pecuária, seringais e outros, em diversas regiões do país. Prevaleram os interesses de setores burgueses emergentes, combinados com os preexistentes, remanescentes.

(Octavio Ianni, 1994)

Octavio Ianni analisa com profundidade a situação sociopolítica do Brasil na última década do século XIX. De sua análise, depreende-se que, no período referido,

- (A) a guerra do Paraguai fortaleceu os valores monárquicos.
- (B) a abolição promoveu a inclusão social dos ex-escravos.
- (C) as mudanças sociopolíticas no Brasil foram superficiais.
- (D) os ideais republicanos moldaram a nova organização social.
- (E) as novas elites e os latifundiários foram prejudicados.

33. A imagem e a identidade das mulheres negras no Brasil têm sido marcadas, em muito, pelo trabalho. De fato, a inserção das mulheres negras no mundo do trabalho tem sido uma constante desde a escravidão até os dias atuais. Têm sido constantes também as precárias condições com que as diferentes formas de trabalho são desenvolvidas pelas mulheres negras, em consequência de padrões de hiperexploração ainda hoje ativos, que se refletem nas maiores taxas de desemprego e em altíssimos índices de precarização do emprego. Entre as diferentes ocupações exercidas pelas mulheres negras no Brasil, a atuação no setor de serviços tem maior destaque, exercida com alto grau de informalidade e em condições de exploração de mão de obra e baixos rendimentos.

(Marilene de Paula e Rosana Heringer, 2009. Adaptado)

Conforme as autoras, o mercado de trabalho de mulheres negras caracteriza-se por

- (A) permitir sua ascensão social graças às boas condições de trabalho.
- (B) superar a precarização presente na prestação de serviços.
- (C) viabilizar o amplo acesso de suas famílias a bens de consumo.
- (D) constituir um instrumento indireto de combate à exclusão social.
- (E) propiciar a permanência de formas consagradas de segregação.

34. Estivemos, na verdade, ao longo das últimas décadas, participando de um processo fundamental de ruptura de um dos principais – talvez o mais importante – pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio. Silêncio tão conhecido de negros, mulatos, morenos, afrodescendentes ou qualquer outra denominação atribuída à tonalidade da pele – que sofrem ao longo das suas vidas com as consequências do racismo. Muito da história da luta contra o racismo no Brasil, desde o início do século passado, tem a ver com esse esforço de romper o silêncio envergonhado, visto por alguns como um aspecto positivo – a vergonha de ser racista – em uma sociedade que produziu fenômeno dos mais peculiares na história da humanidade, o do “racismo sem racistas”.

(Roque, A. *Construção e desconstrução do silêncio: reflexões sobre o racismo e o antirracismo na sociedade brasileira*.

In: Paula, M. de e Heringer, R. *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*, 2009)

Segundo o autor, o racismo brasileiro caracteriza-se

- (A) pelo apoio institucional para a implantação de cotas raciais.
- (B) pela postura generalizada de negação do racismo no país.
- (C) pelo debate aberto sobre as implicações sociais do racismo.
- (D) pela implementação nacional de políticas públicas inclusivas.
- (E) pelo reconhecimento dos efeitos sociais do racismo estrutural.

35. Com o avanço da tecnologia no mundo do trabalho, têm se intensificado também novas formas de exploração do trabalho, inclusive, utilizando-se da *divisão sexual do trabalho*, como afirma Anna Pollert com base em seus estudos sobre o trabalho fabril.

(Ricardo Antunes, 2009)

Considerando as pesquisas de Anna Pollert, Ricardo Antunes ressalta que

- (A) melhora a presença de mão de obra feminina no capital intensivo.
- (B) aumenta a busca de mão de obra feminina qualificada.
- (C) cresce a representação feminina em sindicatos e associações.
- (D) prevalece a mão de obra feminina nas áreas mais rotinizadas.
- (E) prolifera a mão de obra masculina no trabalho intensivo.

36. Para Ricardo Antunes (2009), a expressão “classe que vive do trabalho” tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, essa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser.

Para o autor, a expressão “classe que vive do trabalho” designa

- (A) os assalariados e os empresários com menos de cinco funcionários.
- (B) a totalidade dos funcionários públicos e dos trabalhadores informais.
- (C) a totalidade do trabalho social e do trabalho assalariado.
- (D) os prestadores de serviços gerais e os trabalhadores domésticos.
- (E) os trabalhadores rurais, autônomos e trabalhadores formais.

37. Outra tendência operada pelo capital, na fase da reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, é aquela que reduz os níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas. A eliminação de várias funções, como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc., medida que se constitui em elemento central da empresa capitalista moderna, visa a transferir e incorporar ao trabalho produtivo atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores improdutivos.

(Antunes, 2009)

A tendência referida no texto constitui um aspecto próprio do

- (A) toyotismo.
- (B) fordismo.
- (C) keynesianismo.
- (D) taylorismo.
- (E) marxismo.

38. As leis, em seu significado mais extenso, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas; e, neste sentido, todos os seres têm suas leis; a Divindade possui suas leis, o mundo material possui suas leis, os animais possuem suas leis, o homem possui suas leis. Os seres particulares inteligentes podem ter leis que eles próprios elaboraram; mas possuem também leis que não elaboraram. Entretanto, falta muito para que o mundo inteligente seja tão bem governado quanto o mundo físico. Pois, embora aquele também possua leis que, por sua natureza, são invariáveis, ele não obedece a elas com a mesma constância com a qual o mundo físico obedece às suas.

(Montesquieu, 2000. Adaptado)

Para Montesquieu, os seres humanos não obedecem às leis que elaboram porque

- (A) desrespeitam as leis que ordenam a natureza.
- (B) vivem na luta constante de todos contra todos.
- (C) preferem defender seus próprios interesses pessoais.
- (D) o mecanismo social é determinado e tende ao caos.
- (E) possuem uma vontade livre e estão sujeitos ao erro.

39. Não é necessária muita proibição para que um governo monárquico ou um governo despótico se mantenham ou se sustentem. A força das leis no primeiro, o braço sempre erguido do príncipe no segundo regram e contêm tudo. Mas num Estado popular se precisa de um motor a mais.

(Montesquieu)

Para o autor, o “motor a mais” necessário para a preservação de um Estado republicano é

- (A) o apoio sindical.
- (B) a virtude moral.
- (C) o suporte religioso.
- (D) o contrato social.
- (E) o força militar.

40. Mas o que é uma associação “política”, do ponto de vista sociológico? O que é um “Estado”? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus fins. Dificilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha sido sempre, exclusiva e peculiarmente, das associações designadas como políticas: hoje o Estado, ou, historicamente, as associações que foram predecessoras do Estado moderno. Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele.

(Weber, 1982)

O meio específico a que o autor se refere é

- (A) a sua norma constitucional.
- (B) a sua divisão em três poderes.
- (C) o sufrágio universal.
- (D) o uso da força física.
- (E) a organização federativa.

41. Em seus estudos sobre as vantagens da burocracia, Max Weber (1982) considera: “A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático desenvolvido plenamente compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não mecânicos de produção”.

Segundo Weber, a organização burocrática

- (A) exige um sistema estável de tributação.
- (B) opera graça à distribuição de honrarias.
- (C) carece de meios eficazes de comunicação.
- (D) floresce em situações envolvendo conflitos.
- (E) dispensa um corpo fixo de funcionários.

42. O desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação que se baseia na usurpação, que é a origem normal de quase toda honra estamental. Mas o caminho dessa situação puramente convencional para o privilégio local, positivo ou negativo, é percorrido com facilidade tão logo uma certa estratificação da ordem social tenha, na verdade, sido “vívuda” e tenha conseguido a estabilidade em virtude de uma distribuição estável do poder econômico. Onde as suas consequências se realizaram em toda a extensão, o estamento evolui para uma “casta” fechada.

(Weber, 1982)

Segundo Weber (1982), quando a estratificação social se radicaliza, surgem “castas”. Para ele, o componente adicional que propicia o surgimento de castas inclui aspectos

- (A) políticos.
- (B) étnicos.
- (C) ritualísticos.
- (D) jurídicos.
- (E) sociais.

43. Filhas da democracia, as ciências sociais – obviamente malvistas pelos regimes conservadores e erradicadas pelos regimes ditatoriais – servem (à) democracia e são preocupantes. Porque a democracia partiu ligada, na história, com as “Luzes” e, notadamente, com a produção de “verdades sobre o mundo social”: verdade dos fatos objetiváveis, mensuráveis, que é, infelizmente, a verdade das desigualdades, das dominações, das opressões, das explorações, das humilhações... Na falta de ciências sociais fortes, e cujos resultados são o mais amplamente difundidos, os cidadãos ficariam totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja, do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado.

(Bernard Lahire. Adaptado)

Para o autor, o ensino da Sociologia

- (A) proporciona uma compreensão ideológica das estruturas sociais.
- (B) permite o reconhecimento da relevância social da meritocracia.
- (C) motiva o abandono das formas simbólicas de luta por igualdade.
- (D) possibilita que a sociedade civil interprete as formas de dominação.
- (E) assegura a organização social para efetivar a revolução proletária.

44. A Declaração de 1948 inovou extraordinariamente a gramática dos direitos humanos ao introduzir a chamada concepção “contemporânea de direitos humanos”, marcada pela universalidade e pela indivisibilidade desses direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, com a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como essencialmente moral, dotado de dignidade. Indivisibilidade porque, de modo inédito, o catálogo dos direitos civis e políticos é conjugado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais.

(Flávia Piovesan, 2005. Adaptado)

Segundo a autora, um modo de efetivamente implementar princípios fundamentais da Declaração de 1948 é adotar medidas que

- (A) reconheçam o mérito individual.
- (B) estabeleçam políticas afirmativas.
- (C) preservem o atual *status quo*.
- (D) defendam as forças de repressão.
- (E) privilegiem os direitos econômicos.

45. Como em toda ciência, as diferenças, os conflitos de “escola” ou de “correntes teóricas” não impedem a existência de um campo de referências e de aquisições comuns por quem pratica ordinariamente sua profissão: aquisições teóricas (exigência de um modo de pensamento relacional contra os modos de pensamento essencialistas, o método comparativo antropológico) e metodológicas (observações, entrevistas, questionários e modos de tratamento dos dados quantitativos).

(Bernard Lahire. Adaptado)

Para Bernard Lahire, a existência de distintas correntes teóricas nas ciências sociais indica

- (A) a pseudocientificidade das ciências sociais.
- (B) o relativismo teórico e metodológico radical.
- (C) o domínio teórico-metodológico do marxismo.
- (D) a necessidade de compatibilizar tais correntes.
- (E) a possibilidade de debates críticos na área.

46. O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século. Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável.

(José Murilo de Carvalho, 2017)

José Murilo de Carvalho aponta que os três modelos de república propostos teriam aspectos em comum, entre os quais se encontram aspectos

- (A) ideológicos e morais.
- (B) éticos e religiosos.
- (C) econômicos e políticos.
- (D) sociais e educativos.
- (E) utópicos e visionários.

47. Não decorreram ainda um mês da proclamação da República quando o encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro, Camille Blondel, anotava a tentativa dos vencedores de 15 de novembro de construir uma versão oficial dos fatos destinada à história. Tentava-se, segundo Blondel, ampliar ao máximo o papel dos atores principais e reduzir ao mínimo a parte do acaso nos acontecimentos.

(Carvalho, 2017)

Para José Murilo de Carvalho, a busca pela construção de uma “versão oficial” da Proclamação da República ressalta

- (A) a necessidade de definir os papéis dos vários atores sociais.
- (B) a relevância da abolição da escravatura para a proclamação.
- (C) o papel desempenhado pela sociedade civil na proclamação.
- (D) o aspecto não conflituoso e pacífico da proclamação.
- (E) o envolvimento de sociedades secretas, como a maçonaria.

48. Em capítulo dedicado à análise de símbolos republicanos franceses e brasileiros, José Murilo de Carvalho aponta que, na França revolucionária, a república e a própria liberdade ganharam representações femininas, como no célebre quadro de Delacroix intitulado *A Liberdade guiando o povo*, considerado uma obra-prima da pintura.

Segundo aponta Murilo de Carvalho (2017), o simbolismo brasileiro da República no século XIX

- (A) privilegiou a representação de heróis.
- (B) imitou o simbolismo feminino francês.
- (C) adotou o simbolismo estadunidense.
- (D) usou o simbolismo feminino católico.
- (E) utilizou sobretudo símbolos abstratos.

49. Ao discutir as concepções críticas de ativistas à democracia deliberativa, Iris Marion Young aponta: “A crítica aos processos políticos de discussão e tomada de decisões que incluem apenas os já membros e os poderosos, e acontecem a portas fechadas, é frequente e costuma ser eficaz na política democrática. Em resposta a essas críticas, os organismos deliberativos oficiais, por vezes, tomaram medidas para tornar seus processos mais públicos e inclusivos. Abrem suas portas à observação por parte da imprensa e dos cidadãos, bem como publicam relatórios de seus trabalhos e avaliações de suas operações” (Iris Marion Young, 2014. Adaptado).

Segundo a autora, na perspectiva ativista, para garantir os princípios democráticos fundamentais, a democracia deliberativa seria, no entanto,

- (A) suficiente.
- (B) direta.
- (C) restritiva.
- (D) razoável.
- (E) abrangente.

50. A teoria democrática que enfatiza a discussão como critério de legitimidade exige uma teoria mais desenvolvida sobre os tipos e mecanismos de ideologia e métodos para realizar a crítica de discussões políticas específicas. Essa crítica ideológica precisa ser capaz não apenas de analisar as interações e falas específicas, mas também de teorizar sobre como a mídia contribui para naturalizar pressupostos e tornar difícil aos participantes de uma discussão falar fora de um determinado conjunto de conceitos e imagens. Por desconfiar de que alguns acordos mascaram relações de poder injustas, o ativista acredita que é importante continuar a questionar esses discursos e os processos deliberativos que dependem deles, e, muitas vezes, tem que fazê-lo por meios não discursivos (Iris Marion Young, 2014).

Quais meios não discursivos são utilizados pelos ativistas, segundo indicado pela autora?

- (A) O confronto armado e a violência.
- (B) A utilização da arte e da zombaria.
- (C) A desobediência civil e o diálogo.
- (D) O debate racional e o convencimento.
- (E) A imposição de concessões e de acordos.

51. A contraposição entre democracia deliberativa e democracia ativista apresentada no texto “Desafios ativistas à democracia deliberativa”, de Iris Young, ressalta as diferenças entre ambas as concepções, a primeira voltada ao estabelecimento de diálogos racionais, e a segunda, ao atendimento de interesses parciais.

Considerando a caracterização de ambas concepções de democracia efetuada pela autora, é correto afirmar que, na

- (A) democracia deliberativa, o Estado opera como representante dos interesses privados.
- (B) democracia ativista, os ideais normativos preponderaram como elementos reguladores da militância.
- (C) democracia ativista, busca-se beneficiar as elites dominantes e o poder econômico.
- (D) democracia deliberativa, a tomada de decisão deve apelar à justiça e apresentar razões.
- (E) democracia deliberativa, o sentimento de indignação serve de guia para a tomada de decisões.

52. Octavio Ianni (1994) problematiza o fato de o Brasil ainda não ser uma nação propriamente dita, mas sim um Estado nacional abrangente que abriga tantos estados e regiões como grupos raciais e classes sociais. São tantas as desigualdades entre as unidades administrativas e os segmentos sociais que seria difícil falar em um todo que interconecte essas partes diversas.

Segundo o autor, essa falta de articulação se dá, principalmente, porque

- (A) os estados e as regiões formam uma unidade ao se articularem de modo a se beneficiarem reciprocamente.
- (B) as instituições jurídico-políticas nacionais são fragilizadas pela organização federativa.
- (C) o ativismo individualista das diferentes minorias vulneráveis impede a constituição de uma identidade nacional.
- (D) a diversidade étnico-racial e cultural é um obstáculo para a constituição de uma identidade nacional.
- (E) interesses sociais, políticos e econômicos das elites prejudicam a resolução das desigualdades regionais.

53. Em 1822, o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história. A declaração de independência, a Assembleia Nacional Constituinte, os conflitos com os portugueses e as lutas populares não conseguiram lançar o país a um patamar mais avançado. O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual organizou-se o estado nacional garantiu a continuidade, o conservadorismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, do lusitanismo.

(Ianni, 1994. Adaptado)

Octavio Ianni esclarece que, posteriormente à declaração da independência, o Brasil

- (A) permaneceu atrelado a concepções tradicionalistas e retrógradas.
- (B) implementou gradualmente o ideário republicano e democrático.
- (C) abandonou práticas elitistas associadas à aristocracia decadente.
- (D) superou o atraso histórico-social decorrente do colonialismo.
- (E) incluiu reivindicações de movimentos populares na agenda pública.

54. A primeira fase de proteção dos direitos humanos foi marcada pela tônica da proteção geral, que expressava o temor da diferença (que no nazismo havia sido orientada para o extermínio) com base na igualdade formal. A título de exemplo, basta avaliar quem é o destinatário da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, bem como basta atentar para a Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio, também de 1948, que pune a lógica da intolerância pautada na destruição do “outro” em razão de sua nacionalidade, etnia, raça ou religião.

(Flávia Piovesan, 2005)

Segundo a autora, a ampliação do escopo que se deu na fase seguinte da proteção dos direitos humanos buscou

- (A) a construção de consensos em torno da implantação de políticas econômicas liberais.
- (B) o apoio da comunidade internacional para confrontar estados nacionais autoritários.
- (C) o aprofundamento da luta contra a exclusão de grupos majoritários do âmbito dos direitos civis.
- (D) a destinação do Fundo das Nações Unidas para combater desigualdades no terceiro mundo.
- (E) a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade.

55. A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.

(José Murilo de Carvalho, 2017. Adaptado)

Desse modo, no entendimento de José Murilo de Carvalho, os heróis

- (A) lutam a favor de interesses coletivos.
- (B) sacrificam-se em prol do bem geral.
- (C) desempenham um papel simbólico.
- (D) representam os anseios nacionais.
- (E) são eleitos pelas classes populares.

56. As minorias étnico-raciais, as populações LGBTQIA+, os desempregados, empobrecidos, as populações em situação de rua, a população carcerária, as populações remanescentes de quilombos, as nações indígenas são segmentos da sociedade submetidos a desvantagens estruturais. Nem sempre esses segmentos estão isolados entre si; por vezes mesclam-se e apresentam reivindicações. O ativismo, como sugere Iris Marion Young (2014), chama a atenção das estruturas, mas não gera transformações.

Segundo a autora, o que poderia causar uma mudança efetiva nesse quadro de marginalização seria

- (A) uma ação coletiva das minorias para impor sua agenda social.
- (B) uma defesa das estruturas vigentes em prol da estabilidade política.
- (C) uma organização macro que tenha força para impor justiça social.
- (D) um esforço conjunto de convencimento da sociedade civil.
- (E) um compromisso das elites para renunciar aos seus privilégios.

57. Considerando as especificidades do Brasil em relação aos direitos humanos, que é o segundo país do mundo com o maior contingente populacional afrodescendente (45% da população brasileira, perdendo apenas para a Nigéria), tendo sido, contudo, o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, faz-se emergencial a adoção de medidas eficazes para romper com o legado de exclusão étnico-racial, que compromete não só a plena vigência dos direitos humanos, mas também a própria democracia no país – sob pena de termos democracia sem cidadania.

(Flávia Piovesan, 2005. Adaptado)

Segundo Flávia Piovesan, diante do legado de exclusão étnico-racial, o Brasil arrisca-se a ter uma “democracia sem cidadania”, ou seja, uma democracia

- (A) em que as instituições promovem políticas compensatórias.
- (B) com restrições seletivas de acesso a direitos fundamentais.
- (C) com políticas de segurança que asseguram o bem social geral.
- (D) em que o sufrágio universal garante os demais direitos.
- (E) em que está garantido o acesso à justiça quando direitos são violados.

58. Os adolescentes equipados com confessionários eletrônicos portáteis são apenas aprendizes treinando e treinados na arte de viver numa sociedade confessional – uma sociedade notória por eliminar a fronteira que antes separava o privado e o público, por transformar o ato de expor publicamente o privado em uma virtude e em um dever públicos, e por afastar da comunicação pública qualquer coisa que resista a ser reduzida a confidências privadas, assim como aqueles que se recusam a confidenciá-las. Como Jim Gamble, diretor de uma agência de monitoramento de rede, admitiu ao jornal britânico *The Guardian*, “ela representa tudo aquilo que se vê no *playground* – a única diferença é que nesse *playground* não há professores, policiais ou moderadores que fiquem de olho no que se passa”.

(Zygmunt Bauman, 2022. Adaptado)

Na passagem, Zygmunt Bauman problematiza

- (A) o uso inadequado e sem regulação de tecnologias de comunicação.
- (B) as práticas de consumo irresponsável de adolescentes europeus.
- (C) a propagação proposital de desinformação nas redes sociais.
- (D) o impacto ecológico do descarte de equipamentos tecnológicos.
- (E) a falta de transparência dos algoritmos das redes sociais digitais.

59. Um empregador “ponto com” pode comentar, com aprovação, sobre um empregado: “Ele é um chateação zero”, querendo dizer que ele está disponível para assumir atribuições extras, responder a chamados de emergência, ou ser realocado a qualquer momento. Morar a alguma distância do emprego e/ou carregar o peso de uma mulher ou filho aumentam o “coeficiente de chateação” e reduzem as chances de emprego do candidato. O empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-los agora; uma pessoa pronta a assumir qualquer tarefa que lhe apareça e preparada para se reajustar e recomodar de imediato suas próprias inclinações; uma pessoa acostumada a um ambiente em que “acostumar-se” é algo malvisto e, portanto, imprudente; além de tudo, uma pessoa que deixará a empresa quando não for mais necessária, sem queixa nem processo.

(Zygmunt Bauman, 2022)

No excerto, aponta(m)-se criticamente

- (A) a concessão de regalias que comprometem o lucro da empresa.
- (B) a irresponsabilidade profissional das novas gerações.
- (C) a falta de adaptabilidade de profissionais das novas tecnologias.
- (D) as vantagens profissionais de pessoas altamente qualificadas.
- (E) as formas de exercício da mais-valia no capitalismo digital.

60. Se *democracia* se confunde com *igualdade*, a implementação do direito à igualdade, por sua vez, impõe tanto o desafio de eliminar toda e qualquer forma de discriminação como o desafio de promover a igualdade. Para a implementação do direito à igualdade, é decisivo que se intensifiquem e aprimorem ações em prol do alcance dessas duas metas que, por serem indissociáveis, não de ser desenvolvidas de forma conjugada.

(Flávia Piovesan, 2005. Adaptado)

No excerto, Flávia Piovesan argumenta que, para a conquista da igualdade efetiva, é necessário que sejam

- (A) adotados critérios que preservem o mérito individual.
- (B) promovidas políticas para preservar interesses vigentes.
- (C) preservados valores morais e religiosos da sociedade civil.
- (D) retificadas estruturas sociais por políticas públicas.
- (E) evitados excessos identitaristas em detrimento da maioria.

